

Os motivos que mantêm as mulheres vítimas de violência no relacionamento violento*

*Patrícia Alves de Souza*¹
Universidade de Campinas

*Marco Aurélio Da Ros*²
Universidade Federal de Santa Catarina

Resumo

A violência contra a mulher, no âmbito interpessoal, é uma das mais difíceis de ser prevenida e evitada. As mulheres vítimas de seus companheiros mantêm-se no relacionamento afetivo-conjugal por muito tempo. O objetivo deste estudo é verificar os motivos que levam essas mulheres a permanecer em um relacionamento violento. Para tanto, foi formado um grupo focal com entrevistas com mulheres vítimas de violência atendidas no Centro de Atendimento às Vítimas de Crime (CEVIC), Florianópolis, Santa Catarina. Verificou-se que os motivos que as mantêm no relacionamento violento são: medo, dependência financeira e submissão, até o momento em que decidem realizar a denúncia, passando por cima do sentimento de pena do marido, do tempo de vida juntos e da anulação durante o relacionamento.

Palavras-chave: Violência doméstica; Mulheres; Relação marital.

Abstract

The violence against the woman, in the interpersonal scope is one of most difficult being prevented and prevented, the women victims of its friends if they keep in the affective-conjugal relationship for much time. The objective was to verify the reasons of the women in remaining itself in the violent relationship. It was carried through a focal group and

* The reasons that keep the women victims of violence in the violent relationship

¹ Endereço para correspondências: Rua Deputado Antônio Edu Vieira, 1620, bloco B, ap. 204, Pantanal, Florianópolis, SC, 88040-001 (E-mail: p.as@ig.com.br).

² Endereço para correspondências: Campus Universitário, Departamento de Saúde Pública, Trindade, Caixa Postal 476, Florianópolis, SC, 88040-9000 (E-mail: ros@ccs.ufsc.br).

interviews with women victims of violence who are taken care of in the CEVIC, Florianópolis, Santa Catarina state. The reasons that keep them in the violent relationship are: the living with the fear, the financial dependence, the submission, until the moment where it decides to carry through the denunciation, passing over the feeling of penalty of the husband, of the life time together, of the cancellation during the relationship, arriving at the denunciation.

Keywords: Domestic violence; Women; Marital relationship.

Introdução

A violência desafia os saberes hegemônicos no campo da Saúde Pública, no campo social, de organização administrativa, de planejamento e atendimento às vítimas de violência e de detecção da situação da violência. É um problema que requer atuação interdisciplinar dos vários setores da sociedade civil e das organizações governamentais, não é restrito ao campo da saúde (BRASIL, 2001):

Apesar da mídia mundial denunciar o problema da violência doméstica contra a mulher, a criança e o idoso, ela cresceu muito nos últimos anos, nos grandes e pequenos centros, e está presente em todas as camadas sociais. Não respeita fronteiras de classe social, raça, etnia, religião, idade e grau de escolaridade e é das mais praticadas e menos reconhecidas em todo o mundo. Engloba tipos específicos e variações que vão de física a verbal e afeta a auto-estima, a capacidade de reações e decisões da pessoa agredida (MARCON e ELSÉN, 1999), ocasiona, assim, traumas psicológicos.

A violência (física, psicológica ou sexual) está ligada a condições interpessoais associadas às desigualdades de gênero. Com o aumento da violência, aumentam também as doenças e os riscos de adoecer. Os vários tipos de violência são considerados “pequenos assassinatos diários” e, contra a mulher, no âmbito interpessoal, a violência é uma das mais difíceis de ser prevenida e evitada (SCHRAIBER e OLIVEIRA, 1999). Além dos problemas surgidos na saúde física e mental, a relação violenta diminui a qualidade de vida da mulher, sua capacidade produtiva, seu trabalho, sua educação e auto-estima (RNFS, 2002).

A violência contra a mulher transcende o espaço privado e se reflete no espaço público. É fonte de pesquisa na área acadêmica e permite que pesquisadores, militantes feministas e profissionais da saúde mantenham uma interação entre si (GROSSI, 1998). É importante, para entender o contexto da violência, que o assunto traga consigo elementos e interações complexas que exigem ações multidisciplinares. Segundo Da Ros (2000, p.61),

[...] a compreensão do processo de construção do conhecimento na área de Saúde Pública, em que convivem simultaneamente diversas formas de pensar e atuar, requer estudos que dêem conta de uma epistemologia altamente complexa.

E a várias dessas formas (de pensar) o tema violência que ainda não foram incorporadas.

Lidar com a violência doméstica demanda a intervenção de diferentes profissionais e instituições distintas. A violência doméstica não é tão-somente um caso de polícia, mesmo porque se lida com relações intrafamiliares, que são complexas, embora a polícia também deva ser vista como uma das partes que compõem a rede de combate à violência doméstica (LIMA, 1999).

No Brasil, os primeiros frutos das reivindicações feministas foram a criação dos Conselhos Estaduais de Direitos das Mulheres (1982 e 1983), das delegacias de Polícia de Defesa da Mulher e da primeira Casa Abrigo para Mulheres (1986). Essas iniciativas formam um espaço de denúncia e de políticas públicas (COELHO, 1999) para diminuir a violência doméstica, mais especificamente, a violência conjugal contra a mulher (COELHO, 1999, RNFS, 2002).

São várias as dificuldades encontradas para quantificar a violência. Muitas mortes violentas não são notificadas, e metade dos suicídios é registrada como acidente (CRM-SP, 1998). Muitas vezes, são relatadas quedas acidentais, o que mascara a violência doméstica (DESLANDES, 1999).

No início da década de 1990, foi intensa a ligação entre a militância e a academia, na produção significativa de artigos e teses sobre feminismo e violência contra a mulher. Essa produção diminuiu na segunda metade da década, devido ao aumento do campo de estudos sobre a mulher nas universidades e à implantação de políticas públicas voltadas às mulheres (GROSSI, 1994).

Nessa década, também avançaram as discussões sobre o tema, com debates internacionais. A violência passou a abranger o assédio sexual, o abuso sexual infantil e as violências étnicas. O termo “violência contra a mulher” adquiriu uma categoria política, que torna emergentes as desigualdades na relação homem-mulher (BRANDÃO, 1998).

O CEVIC foi criado em 1997, em uma parceria do Governo Federal, pelo Ministério da Justiça, com o Governo do Estado de Santa Catarina, pela Secretaria de Estado da Justiça e Cidadania, com o objetivo de prestar atendimento social, psicológico e jurídico a vítimas de crime na Grande Florianópolis, que abrange os municípios de São José, Palhoça, Paulo Lopes, Antônio Carlos, Águas Mornas, Governador Celso Ramos e Santo Amaro da Imperatriz.

O atendimento é prestado a pessoas que são ou se sentem vítimas de algum tipo de crime. As vítimas são encaminhadas ao CEVIC por diversas vias, tais como: delegacias de polícia; conselhos tutelares ou programas de atenção a crianças e adolescentes; são encaminhadas por outros usuários ou pela mídia. A partir disso, este artigo tem por objetivo conhecer os motivos que mantêm a mulher vítima de violência em um relacionamento violento.

Método

A metodologia utilizada é de caráter qualitativo. No mês de agosto de 2002, foram convidadas a participar de um grupo, por meio de contato prévio via telefone, mulheres vítimas de violência física cometida por seus companheiros (homens com quem vivem em um relacionamento conjugal), todas atendidas no CEVIC.

Das 47 mulheres contactadas, cinco disseram que não tinham interesse de participar, pois haviam se reconciliado com seus companheiros; quatro responderam que não gostariam de participar; três afirmaram que estavam doentes, em tratamento de saúde; oito não foram encontradas; sete falaram que verificariam a possibilidade de participar e as outras 20 confirmaram a participação. Suas identidades são mantidas em sigilo. Cada uma recebeu o nome de uma pedra: Pérola, Esmeralda, Granada, Turmalina, Ametista, Jade, Sodalita, Safira e Ágata, Água Marinha e Turquesa participaram da entrevista individual, haja vista a impossibilidade de participarem do grupo.

Todas as mulheres que tomaram nele parte fizeram pelo menos uma vez a denúncia contra seu companheiro na delegacia de polícia.

Foram realizados cinco encontros, que duraram em média quatro horas. Esses encontros foram gravados em fita cassete e transcritos, para facilitar a análise do material.

Das várias formas de metodologia qualitativa, foi utilizado o método de análise de conteúdo, que

[...] é um conjunto de técnicas de análise das comunicações que visa obter, por procedimentos sistemáticos e objetivos de descrição do conteúdo das mensagens, indicadores (quantitativos ou não) que permitam a inferência de conhecimentos relativos às condições de produção/recepção (variáveis inferidas) destas mensagens (BARDIN, 1994, p.72).

O método consiste em analisar as estruturas de relevância que afloram nas entrevistas e nas reuniões em grupo, após a transcrição das mesmas. Foi utilizada a leitura flutuante do material bibliográfico utilizado auxilia na sistematização de idéias para o desenvolvimento de um plano de análise, auxiliando na escolha dos objetos de análise (COELHO, 2000).

A partir disso, foram verificados os motivos que fazem com que as mulheres mantenham-se no relacionamento violento. O trabalho foi aprovado pelo Comitê de Ética da Pesquisa da UFSC. As mulheres foram informadas do objetivo da pesquisa, de que suas identidades seriam preservadas e de que poderiam interromper a entrevista a qualquer momento. Elas assinaram um termo de consentimento.

Apresentação e discussão dos resultados

Os motivos que mantêm as mulheres inseridas nos contextos do relacionamento violento são: a convivência com o medo, a dependência financeira e a submissão, até o momento em que decidem realizar a denúncia, e passam por cima do sentimento de pena do marido, do tempo de vida juntos e da anulação durante o relacionamento. Abaixo, seguem alguns trechos dos relatos:

Medo de ficar sozinha

Esmeralda:

[...] tem final de semana assim que eu me sinto sozinha, que tem problema... de trauma... Eu não consigo ficar sozinha, se eu estou sozinha, eu estou escutando alguém falar... alguém passar... Entendeu? Eu sinto alguém se encostar em mim. Então, o que acontece? Eu me arrepio toda. Eu não consigo ficar sozinha, principalmente à noite. Não adianta, se eu tenho que ficar sozinha, eu vou lá pro meio da rua. Entendeu? Eu durmo na rua. Eu fico lá sentada na rua. Não sei se é porque eu fui criada junto com mais seis pessoas dentro de uma casa, entendeu? Depois que eu me casei, duas vezes arrombaram minha casa, né? A sorte é que eu tinha acabado de sair. Sei lá... eu acredito que seja isso também [...].

Submissão frente à violência

Ametista:

[...] eu não mais queria ser mandada, tudo que eu fazia era errado. Eu lavava a louça, quebrava um copo, eu tava errada. Eu não queria muito aquilo e eu sempre fui contra aquilo... de ser submissa... de ser... de ser mandada... de ser subjugada... maltratada. Poxa! Sabe, não era aquilo, e eu tava sendo uma pessoa que eu não era.

Momento da decisão

Ametista:

Ah... que bom que eu fui agredida, porque eu me libertei daquela mala. O cara era uma mala, sabe? Eu não gostava mais dele, eu [...].

Nunca revidou

Sodalita:

[...] porque aquele filme, a..., a... quem já viu a Cama Ardente... é fichinha perto do que eu passei, sabe? É fichinha, é fichinha... aquilo... Coitadinha, ela apanhou pouco. É que eu apanhava sem saber por que apanhava, sabe? Eu nunca revidei, nunca, nunca dei um tapa.

Tempo de vida juntos

Sodalita:

[...] 13 anos apanhando, né? Como se fosse numa explosão de um foguete... Assim, sabe, aquela explosão... Eu cheguei na frente do espelho com 31 anos, e parecia ter 80. Eu disse: "Ai, meu Deus! É hoje! Vou tomar uma decisão na vida! Todo mundo sobrevive. Eu tenho força, não vou ficar por debaixo de ninguém". Então é o tipo de uma estrada e um sol, e eu me separei!

Esmeralda:

[...] 40 anos casada, 44 anos de conhecimento entre mim e ele, e a gente não é feliz... Aliás, de 20 anos pra cá, eu sofro agressões físicas e morais, né? Meus filhos já estão casados. Eu já criei, já sofri muito quando eles eram pequenos. É difícil, foi difícil minha vida até hoje [...]. Desde o começo, ele nunca foi muito bonzinho, não. O começo de casamento não foi muito bom, não. Até os 10 anos, a gente viveu um mar de rosas, posso dizer, quando meus filhos eram pequeninhos. [...] Ele ainda viajava muito, e eu ficava com os meus filhos.

Ágata:

[...] fiquei cinco anos com ele que parece que me consumiram 10 anos.

Anulação

Ametista:

[...] eu tava hipergorda. Eu vestia a calça dele. Eu tava um homem, e eu me acho muito mulher! Eu adoro ser mulher! Eu tava feito um homem gordo, imensa, eu vestia a calça dele e eu pesava cento e poucos quilos. Eu vestia uma calça dele... Imagina o tamanho que eu tava. Eu vi uma foto minha, e eu tava horrível. Hoje, graças... aquele bendito soco acertou os caminhos, porque era uma forma de... [chorou praticamente em toda narrativa].

Na avaliação do bloco de indicadores que trata do porquê de a mulher agredida não sair do relacionamento, verificam-se vários fatores. As relações devem ser percebidas não só do ponto de vista individual, mas dentro de um contexto social de família, parentesco e afinidade, e de uma teoria das relações de gênero, em um momento histórico culturalmente em configuração (MACHADO e MAGALHÃES, 1999).

Pena do marido

Ametista:

Eu tenho hoje raiva de mim, não dele, eu tenho pena dele! Eu não deveria ter feito muito, porque é ruim pra mim, mas tinha que ser feito. Ele mora num lugar, é um bairro, assim, um condomínio popular... Eu já fui lá pra ver o endereço,

ver o local, não pagou a pensão... teve que fazer busca e apreensão, mas, fazer o quê, né? Eu não vou... sim, não por mim, mas eu posso dormir em qualquer lugar, mas meu filho tá passando dificuldade! Não, eu não quero isso pro meu filho! Rezo assim pra Deus, pra mim ter meu emprego, pra não faltar nada pra ele. Não quero isso!

A violência na relação afetivo-conjugal faz parte da relação de comunicação entre alguns casais, que faz com que o relacionamento tenha ação nas duas vias, oscilando entre o amor e a dor. Os atos de violência no vínculo conjugal, sejam físicos, sexuais, emocionais ou psicológicos, são estabelecidos entre marido e mulher por meio de uma linguagem relacional, como se fosse um jogo (GROSSI, 1998). Isso pode ser observado, por exemplo, na fala de Ametista que, ao mesmo tempo em que quer se libertar da situação, sente pena do marido que, agora separado, não tem como se sustentar, uma vez que era ela quem sustentava a casa. Segundo Hoff (1991, apud CARDOSO, 1997), as teorias feministas relatam que as mulheres não são culpadas pela situação de violência, mas são responsáveis por buscar soluções para a situação vivenciada.

O papel feminino frente ao homem determina, geralmente, suas atitudes, pois o relacionamento é uma troca em que há uma simbiose (GROSSI, 1994). Há certas divergências no que diz respeito à cumplicidade da mulher com seu próprio sofrimento.

Segundo Barthes (apud GROSSI, 1994), a violência pode ser uma das saídas da cena conjugal, na qual a mulher deixa de ser uma parceira e passa a ser vítima de um cruel jogo de feminilidade e masculinidade, ou melhor, de imagens que desenham papéis de mulheres e de homens em relações conjugais, conferindo, de certa forma, o papel de vítima a uma certa imagem de mulher.

Ametista vive em uma relação simbiótica (em que um precisa do outro), da qual também é sujeito. O envolvimento faz com que suas ações sejam direcionadas pela vontade do outro. É comum o sentimento de culpa assolar a mente das mulheres, que permanecem em um relacionamento violento por não terem realizado a “escolha ideal” do parceiro, quando, de fato, estão em um relacionamento com dificuldades (PAIVA, 1999a).

Segundo Cardoso (1997), a mulher tem necessidade de manter a relação, nem que para isso tenha de assumir a responsabilidade de tudo que ocorre no relacionamento. Isso está associado à socialização feminina tradicional, a qual coloca que, para a mulher ser considerada completa, deve ter um companheiro permanente. Insistir num relacionamento após sucessivos episódios de violência ou retornar à relação após a separação é constante na vida de mulheres que sofrem violência conjugal. Quando, no entanto, a mulher consegue enfrentar o medo e separa-se do marido, inicia-se um jogo emocional, no qual ocorre uma suposta mudança de comportamento do companheiro, o que a faz sentir-se mais confiante e dedicar-se mais, reiniciando-se o ciclo da violência (CARDOSO, 1997). Esse ciclo vai do espancamento, arrependimento e pedido de perdão do agressor até uma nova agressão (BRITO, 1999). Em geral, o parceiro agressivo torna-se muito afetivo após as situações de violência e a mulher alimenta a esperança de que ele mude com o tempo (PAIVA, 1999b).

Água Marinha:

Tenho medo de não conseguir me sustentar e aos meus filhos. Agora, depois de muito tempo, voltei a trabalhar de recepcionista.

Esmeralda:

Eu não tenho nada. Eu costurava pra fora, mas parei. A nossa casa é alugada, e eu não tenho pra onde ir... É ele que manda o dinheiro contadinho para as compras.

Grande número das mulheres sabe que têm direitos, mas, pelo fato de viverem sob o jugo econômico de seus companheiros, submetem-se anos a fio a todos os tipos de violência, e somente procuram lutar por esses direitos quando a situação fica de fato intolerável (PALLOTA e LOURENÇO, 1999).

Verificando-se a dependência financeira nos relatos de Água Marinha e Esmeralda, observa-se certa aceitação da violência, pois a necessidade de proventos as faz pactuar com um relacionamento violento e submisso. Muitas vezes, a dependência financeira é fator de aceitação em um relacionamento marcado pela violência, seja física, sexual ou psicológica (PAIVA, 1999b).

O momento da decisão para efetuar a denúncia é muito difícil para a mulher vítima de violência, pois é comum haver pressão da própria família para acomodação do conflito, especialmente em brigas entre casais. Em um primeiro momento, ocorre revolta, tanto da família quanto da mulher e, posteriormente, tenta-se colocar a responsabilidade sobre ela (BARROS, 1999). Unem-se a isso ajustes sociais transmitidos, tais como: “*ruim com ele, pior sem ele*”, “*se arrumar outro vai acontecer a mesma coisa*”, pois “*homem é tudo igual, só muda o endereço*”.

Ametista:

Por causa de um soco, que falta, sabe, até hoje eu tenho medo, de tudo eu tenho medo, tudo. Eu faço tratamento psiquiátrico, psicológico, mas eu ainda não tô bem. Eu falo dessa agressão e choro, fico, sabe, ao mesmo tempo [...].

Esmeralda:

A violência que meu marido fazia comigo [...]. Às vezes, ele ia dormir e levava o facão... a noite inteira embaixo do travesseiro. Me ameaçou diversas vezes, me cortou várias vezes...

Granada:

Apanhei de marido, chega! A última vez, me deixaram marcada, tem um sinal até aqui. Eu tenho um cara que me quer, ele tá sempre conversando comigo, e tem gente botando lenha na fogueira pra gente se juntar, né? Mas eu tenho medo.

Em meio a isso tudo, pode-se observar, nas colocações de Ametista, Esmeralda e Granada, uma mescla de sentimentos a envolver essa mulher que sofre com a violência doméstica: medo, culpa, pena, amor, vergonha, insegurança (BALLONE, 2001b).

As vítimas de violência doméstica têm vários estilos de vida, cultura, grupos, idade e religião. No serviço de saúde, uma em cada cinco usuárias admitiu ter medo de alguém próximo e uma em cada três conhecia outras mulheres que viviam em um meio de violência doméstica (BALLONE, 2001a). Apenas 55% das mulheres que relataram agressão física ou sexual perceberam a violência que as cerca. Isso se deve ao fato de que as mulheres não nomeiam a situação doméstica como violência, pois está no espaço privado, e a palavra violência é reservada para expressar o que ocorre no espaço público, como a que se vê nas grandes cidades (SCHRAIBER, 2002).

É difícil para a mulher conseguir sair sozinha de uma relação tão complexa, na qual é vítima de violência conjugal. Há necessidade de que alguém a escute de forma verdadeira e sem julgamentos (FRANCISQUETTI, 1999).

A busca por auxílio para cessar as agressões pode, algumas vezes, ser de grande importância, assim como a intervenção da família do agressor, a ajuda do profissional de saúde, do psicoterapeuta, do advogado, de um líder religioso ou de centros de ajuda comunitária, como a Delegacia da Mulher, clínicas de universidades, centros de apoio às vítimas de violência (PAIVA, 1999a).

Jade:

Não, eu não fui pra delegacia, e semana retrasada ele foi na creche e meteu o pau. Aí, eu fui na delegacia. Antes, quando ele morava em casa, não resolvia, agora que ele está na rua, se resolve menos ainda! Eu fiquei com a marca na testa, eu acabei de encontrar com ele, eu fui levar o menino no hospital. Eu disse pra ele: “Essa marca que você deixou...”. Nós estamos separados, né? Ele deixou uma marca hoje na minha cara... Está vivendo hoje com uma outra pessoa. Eu disse pra ele: “O tempo que eu viver aqui na terra eu vou fazer da sua vida um inferno!”. Eu não admito ele estar na rua vivendo com uma outra pessoa e vir atrás de mim, me bater na cabeça. Ainda mais se ele tá vendo que eu estou feliz!

Turmalina:

Uma vez queria, mas ele não deu um soco assim, que nem sei onde foi, só senti uma azoada. Meu sangue escorreu assim. Eu queria sair para fora chamar a polícia. Ele me segurou, fez aquela briga, foi só dessa vez, então. A gente nunca foi na polícia por essas coisas.

Esmeralda:

Ele tinha um revólver e colocou na minha cara [...] e quando eu sai de casa ele ficou desesperado. Queria saber onde eu estava, de qualquer maneira, ele queria saber onde eu estava [...] Ai os meus filhos foram comigo. A minha filha mais velha foi na casa do pescador, me pegou, ligou pra casa e começou a chorar. Era época do dia das mães, né? Até um domingo antes foi dia das mães. Na outra semana, eu é que tinha que ir ao juiz assinar a separação. Ai ficou aquela choradeira. Um chorava, outro chorava, desesperado, pedindo pel'amor de Deus que eu não saísse de casa, que não fizesse isso. Por isso eu voltei, por causa dos filhos. Só que eu voltei e passei um trabalho enorme, porque ele não mudou nada. Pelo contrário, ficou mais violento. [...] Olha, ele dizia pra mim: "Ó se você pensar em fazer alguma coisa comigo, alguma gracinha... quando acontecer, eu te corto tudo em pedacinho e coloco na geladeira. Dou fim na tua vida e vou cortar tudo em pedaço". Ele tentou, né? Já me esganou diversas vezes. Os filhos acordavam. Eu tenho filho solteiro ainda. Acordavam apavorados. E ele me dava socos nas costas, no quarto, quando eu saía. Quando eu não queria dormir lá, eu ia dormir no quarto dos meus filhos.

O primeiro indício de que a mulher tenta romper com a situação de violência é a queixa na delegacia. Jade, Turmalina e Esmeralda relatam a ocasião em que realizaram a denúncia na delegacia de polícia e o sentimento que experimentaram.

Em um primeiro momento, a mulher deseja o rompimento do vínculo conjugal, mas, na realidade, o que ela quer mesmo é impedir os atos de violência contra ela (GROSSI, 1998). Quando a mulher, por qualquer motivo, opta por não realizar a denúncia, está ajudando, com seu silêncio, o homem agressor a sustentar seus atos.

A queixa na delegacia passa a ser uma arma na pequena guerra travada pelo casal. Todavia, há argumentos que sustentam a suspensão da queixa na delegacia, tais como a preocupação com os filhos; a preservação da moradia da família, em que se observa a importância material e simbólica que a casa adquire; a dificuldade ou fragilidade do agressor para conter a violência quando alcoolizado ou drogado. Na reconstrução dos fatos, a mulher vítima assume parte da responsabilidade do fato ocorrido (BRANDÃO, 1998).

A percepção social da violência não é única nem universal, pois varia de cultura para cultura e momento histórico (GROSSI, 1994). Para combater a violência intrafamiliar, precisa-se romper com a tolerância social que forma obstáculos à denúncia e gera impunidade (JUREMA, 1999).

Há, na literatura, relatos de que, no caso de casais separados judicialmente, persiste a violência psicológica e não existe sistema jurídico que impeça sua perpetuação, e ficam seqüelas irreparáveis tanto nos filhos quanto na mulher (FAGUNDES, 1999). Uma das características dessa violência é tornar-se rotineira e crônica, uma vez que obedece a uma escalada, formada por ameaças de morte dirigidas a ela ou mesmo aos filhos e a outros parentes e por tentativas de homicídios anteriores (TELES, 1999).

A decisão da denúncia parte da própria vítima, o que aponta para o caráter privado e doméstico que reveste os episódios de violência nas relações de gênero. O sentimento que leva mulheres à denúncia é a exaustão com a situação de agressão, especialmente a vergonha diante dos filhos. Outro sentimento detectado é o medo de que a situação se agrave mais (ACETI, 1999). A denúncia na delegacia é um fator contínuo na guerra conjugal, pois o marido agressor sente-se agredido (GROSSI, 1992).

As mulheres, quando realizam queixa na delegacia, estão em um momento de conflito, pois, a esses sentimentos de desespero, vergonha e humilhação, junta-se o temor de expor o homem a quem escolheu para ser o pai de seus filhos.

Quando a mulher faz a queixa na delegacia, não é o rompimento das relações afetivas que ela quer, mas a interferência e a proteção da polícia em futuras agressões ou auxílio para administrar os impasses domésticos (BRANDÃO, 1998).

Considerações finais

A violência contra a mulher, mesmo atualmente, aparece ainda recoberta pelo manto da invisibilidade política, pela vergonha da denúncia, pela falta de acesso às informações jurídicas, pelo descaso das autoridades, pela ausência de políticas públicas e pela pouca legitimidade social que, muitas vezes, é-lhe atribuída. A principal é a violência que ocorre no âmbito doméstico. Há, até o momento, muita dificuldade de trabalhar com essa questão. A interferência do público no privado é delicada. As relações afetivas são complexas. Diversas formas de relacionamento são tidas como “diferentes” e, na realidade, fazem parte de um “pacto relacional”.

Há duas teorias predominantes, aqui relatadas, para a explicação da violência contra a mulher: a teoria do patriarcado e a da relação afetivo-conjugal. Após a realização da análise de conteúdo das variáveis, observou-se a possibilidade de interligar as duas teorias: os motivos desencadeadores da violência estão dentro da cultura do patriarcado, enquanto os motivos que mantêm as mulheres entrelaçadas no relacionamento fazem parte da relação afetivo-conjugal.

O relacionamento afetivo-conjugal é coberto de nuances, nas quais os companheiros, nesse contexto, homem e mulher, vivem sempre em uma relação simbiótica, na qual um sustenta o outro em cada papel exercido. Nesse jogo de poder, fica evidente a necessidade de cada um em relação ao outro, porém, na maioria das vezes, as pessoas envolvidas não conseguem perceber o que está acontecendo. Há necessidade de um apoio mais efetivo às mulheres vítimas de violência física, para que elas compreendam que têm direito sobre seu próprio corpo, sobre sua própria vida e para que vejam que

a violência não deve funcionar como punição por algo de que elas julguem ser “merecedoras”. Isso requer a intervenção de diferentes profissionais e instituições – do setor jurídico ao pedagógico, do psicológico ao setor de Saúde Pública.

Por meio da pesquisa realizada, encontram-se indícios de que as mulheres adiam a denúncia e mantêm-se em um relacionamento violento devido há vários fatores: um deles é a dependência financeira (bastante comentada nas bibliografias), que, em alguns casos, não foi confirmada, pois há mulheres que se submetem a um relacionamento violento, e sustentam os filhos e até mesmo o companheiro agressor; a dependência emocional do companheiro e a necessidade de ter alguém como “referência” levam a mulher à submissão e a sujeição às agressões, que vão da emocional à física e, muitas vezes, intercalam-se; a criação dos filhos é outro fator importante, pois, muitas vezes, as mulheres acreditam ser necessária a presença da “figura paterna” na educação; e a falta de apoio de amigos e parentes também contribui para que as mulheres não denunciem seus companheiros.

A luta pela melhoria da saúde das mulheres e dos homens envolve também mudanças nas relações entre eles. Além disso, é preciso conquistar outros direitos sociais importantes e mudar a forma de organização do sistema de saúde no país. Durante muito tempo, o sistema de saúde brasileiro esteve tradicionalmente mais voltado para ações curativas do que para ações preventivas. É essencial as políticas públicas voltarem-se para a educação, a saúde e o lazer, a fim de auxiliar na diminuição da violência contra a mulher.

Referências bibliográficas

BALLONE, G. J.; ORTOLANI, I. V. A violência doméstica. *Psiquiatria geral*. 2001a. Disponível em: <<http://www.psiqweb.med.br>>. Acesso em: 10 mar. 2002.

BALLONE, G. J.; ORTOLANI, I. V. A violência doméstica parte 2. *Psiquiatria Geral*. 2001b. Disponível em : <www.psiqweb.med.br> Acesso em: 10 mar. 2002

BARDIN, L. *Análise de conteúdo*. São Paulo: Edições 70, 1994.

BARROS, N. V. Mulher e violência: desvelando a naturalização da violência simbólica no contexto familiar. *Texto e contexto*, v. 8, n.2, p.266-269, maio-ago., 1999.

BRANDÃO, E. R. Violência conjugal e recurso feminino à polícia. *Horizontes plurais novos estudos de gênero no Brasil*. São Paulo: Fundação Carlos Chagas, Editora 34, 1998.

BRASIL. Ministério da Saúde. Secretaria de Políticas de Saúde. Violência intrafamiliar: orientações para a prática em serviço / Secretaria de Políticas de Saúde. Brasília: Ministério da Saúde, 2001.

BRITO, B. R. P. Casas-abrigos: um espaço de apoio e de solidariedade *versus* uma visão assistencialista. *Jornal da Rede Saúde*, n.19, p.3-4, 1999.

CARDOSO, N. M. B. Psicologia e relações de gênero: a socialização do gênero feminino e suas implicações na violência conjugal em relação às mulheres. In: ZANELLA, A. et al. (Orgs.). *Psicologia e práticas sociais*. 19. ed. Porto Alegre: Abrasposul, 1997.

COELHO, E. S. B. *A enfermagem e o planejamento familiar: as interfaces da contracepção*. 2000. 190p. Tese (Doutorado em Enfermagem) – Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis.

COELHO, C. C. Gênero e políticas públicas. In: SILVA, A. L.; LAGO, M. C. S.; RAMOS, T. R. O. (Orgs.). *Falás de gênero: teorias, análises e leituras*. Florianópolis: Editora Mulheres, 1999.

CONSELHO REGIONAL DE MEDICINA DO ESTADO DE SÃO PAULO – CRM-SP. Associação Paulista de Medicina (APM), Sindicatos Médicos do Estado de São Paulo (SIMESP). *A epidemiologia da violência*, São Paulo, 1998.

DA ROS, Marco Aurélio; DELIZOICOV, Demétrio. *Estilos de pensamento em saúde pública: um estudo da produção da FSP-USP e ENSP-FIOCRUZ, entre 1948 e 1994, a partir da epistemologia de Ludwik Fleck*. 2000. 207 f. Tese (Doutorado em Educação) - Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis.

DESLANDES, S. F. O atendimento às vítimas de violência na emergência: “prevenção numa hora dessas?” *Ciência & saúde coletiva*, v.4, n.1., p.81-94, 1999.

FAGUNDES, Fátima Tereza Alves. Violência contra a mulher: perpetuação da violência após a separação conjugal. *Texto e contexto*. v. 8, n.2, p.519-522, maio-agos. 1999.

FRANCISQUETTI, P. P. A escuta da dor. *Jornal da Rede Saúde*, n.19, p.3-4, 1999.

GROSSI, M. P. Rimando amor e dor: reflexões sobre a violência no vínculo afetivo-conjugal. In: GROSSI, M. P.; PEDRO, J. *Masculino e feminino, plural*. Florianópolis: Mulheres, 1998.

GROSSI, M. P. Novas/velhas violências contra a mulher no Brasil. *Revista de estudos feministas*, v.especial. p.473-484, 1994.

GROSSI, M. P. Trabalho de campo: território de fronteiras de gênero. In: FONSECA, C. (Org.). *Fronteiras da cultura*. Porto Alegre: UFRGS, 1992, p.224-231.

JUREMA, S. Mulheres e direitos. *Memória Gestão 95/99*. Ministério da Justiça, Secretaria de Estado dos Direitos Humanos, Conselho Nacional dos Direitos da Mulher. UNIFEM, 1999.

LIMA, L. R. F. O papel da PM no combate à violência doméstica. *Maria Maria*, ano 1, n.0., p.16-17, 1999.

MACHADO, L. Z.; MAGALHÃES, M. T. B. Violência conjugal: os espelhos e as marcas. In: SUAREZ, M.; BANDEIRA, L. et al. (Orgs.). *Violência, gênero e crime no Distrito Federal*. Brasília: Paralelo 15, Editora Universidade de Brasília, 1999, p.173-237.

MARCON, S. S.; ELSÉN, I. Estudo intergeracional da violência no cotidiano familiar. *Texto e contexto*, v. 8, n.2, p.468-474, maio-ago. 1999.

PAIVA, J. R. *Mulheres espancadas*. 1999a. Disponível em: <www.members.tripod.com/soswomen/page1.html> Acesso em: 3 mar. 2002.

PAIVA, J. R. As origens da violência. *Um ensaio sobre a psicopatologia do comportamento agressivo*. 1999b. Disponível em: <members.tripod.com/soswomen>. Acesso em: 3 mar. 2002.

PALLOTA, M.; LOURENÇO, M. *Violência*. 1999. Disponível em: <http://209.143.148.118/adv-pl>. Acesso em: 03 abr. 2002.

REDE NACIONAL FEMINISTA DE SAÚDE – RNFS. Direitos Sexuais e Direitos Reprodutivos. *Violência doméstica: a face perversa das relações de gênero*. São Paulo, novembro de 2002.

SCHRAIBER, L. B.; OLIVEIRA, A. F. P. L. Violência de gênero como uma questão de saúde: a importância da formação de profissionais. *Jornal da Rede Saúde*, n.19, 1999, p.3-4.

SCHRAIBER, L. B.; OLIVEIRA, A. F. P. L.; *et al.* Violência contra a mulher: estudo em uma unidade de atenção primária à saúde. *Revista de Saúde Pública*. ago. 2002, vol.36, no.4, p.470-477. Disponível em: <www.scielo.br>. Acesso em: 27 dez. 2003.

TELES, M. A. A. Para o corpo e para a alma. *Maria Maria*, ano 1, n. 0, p.9-13, 1999a.